Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATAS DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS

Ata da Reunião realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 263/2025.

Ata da Reunião realizada no dia 1º de abril de 2025, nesta cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, no Palácio do Legislativo Municipal, sob a Presidência da Vereadora Damires Rinarlly Oliveira Pinto às 16 horas, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 263/2025, para discutir sobre o pagamento de RPV, contido no projeto de lei nº 014-E-2025. Compondo a Mesa Coordenadora dos Trabalhos, estiveram presentes a Vereadora Damires Rinarlly Oliveira Pinto, Presidente desta Reunião, a Vereadora Regina da Silva Costa e o Vereador Washington Fernando Bandeira. Participaram da reunião: Andreia Chagas de Andrade, Procuradora do Município, Claudio de Castro Sá Filho, Secretário Municipal de Fazenda, Valdiney Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Dr. Renato Albino, Advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Dr. Rafael Pinheiro Ank, Presidente da 2ª Subseção da OAB. Estando também presentes os Vereadores Simone do Carmo Silva, Angelino Claudio Pimenta Neto, Roger Diego Evangelista, Samuel Carlos de Souza, Maria da Conceição Aparecida Toledo Soares de Almeida, João Paulo Fernandes Resende, Erivelton Martins Jayme da Silva. Abertos os trabalhos, a Vereadora Damires Rinarlly Oliveira Pinto realizou a contextualização do tema debatido nesta Reunião, falando sobre a importância de se debater as questões relacionadas com o pagamento RPV e também sobre as respostas incompletas que foram dadas ao Requerimento nº 251/2025. A seguir, a Vereadora Damires passou a questionar os representantes do Poder Executivo acerca dos questionamentos contidos no mencionado Requerimento, no que a Procuradora do Município informou que não tem as informações e que está sendo agendada uma reunião na CEPREC para apuração das informações mais detalhadas. O Secretário de Fazenda, Cláudio informou que precatório da CSN foi quitado e discorreu sobre as implicações para o Município acerca

da grande dívida do Município em precatórios e também sobre a insegurança em relação aos valores em RPV que não constam previamente no orçamento. O Presidente do Sindicato, Valdiney, questionou sobre o pagamento de precatório via dação em pagamento. Acerca de depósitos mensais para quitação de precatórios, Cláudio informou que esses valores são debitados direto do FPM que valor acumulado supera 33 milhões, e que a CEPREC vai negociando com os credores e quitando os precatórios, e que no mês passado foi debitado da conta do município aproximadamente 400 mil reais, e que nos últimos dois foram sacados da conta aproximadamente 9 milhões de reais; e de RPV pago nos últimos dois anos foi aproximadamente 5 milhões e meio de reais, e que o projeto em debate propõe que os débitos do município na sua maioria sejam levados a precatório para que o município consiga se planejar para realizar o pagamento. A Vereadora Simone questionou se durante o período da comissão de transição não foi repassado qual o valor que o município devia em precatórios e RPV. Cláudio informou que o município não tem certeza dos valores devidos, e que o projeto objetiva evitar a surpresa com o pagamento dos RPV's, e que o precatório possibilita planejamento. A Vereadora Simone questionou sobre a possibilidade de que se faça emendas no projeto para alterar o valor proposto. Andreia respondeu que fica muito angustiada porque a situação conforme colocada dificulta o planejamento do município, e solicitou aos vereadores que avaliem a coletividade, e que reconhece os direitos dos servidores, mas que é preciso que o município consiga se planejar sem comprometer serviços essenciais. Valdiney falou que não é justo esperar que os servidores esperem anos para receberem seus direitos, que em relação aos valores apresentados de outros municípios em relação ao RPV é preciso saber qual a condição deles em relação aos precatórios, e que é preciso que o Município faça uma melhor

análise da situação; ressaltou que tentou negociar com administrações anteriores em benefício dos servidores, e que não obteve êxito. O Vereador Roger questionou sobre o início da vigência da lei e sobre isso atingir ações em andamento. Andreia esclareceu que a lei entra em vigência e a partir dai o município iniciará o pagamento dos novos valores. Claudio esclareceu que todos os RPV's emitidos já foram quitados, que não há no momento fila de RPV. Dr. Rafael questionou sobre a dedicação de receitas para o pagamento de precatórios e questionou sobre os valores pagos nos anos anteriores de RPV's e se com base nesses valores não seria possível fazer uma previsão para o pagamento do RPV nos orçamentos futuros, Claudio esclareceu sobre as dificuldades para tal planejamento. Valdiney sugeriu que seja realizada uma discussão mais ampla acerca do tema, visando a trazer maior segurança para os cidadãos e para a Administração. Andreia destacou que o município espera conseguir se planejar para atender aos interesses da coletividade. Dr. Renato questionou sobre a nova fila dos precatórios que irá se formar com a redução do valor do RPV, e qual será a expectativa de prazo para pagamento desses novos precatórios, que atualmente estava demorando mais ou menos 15 anos, Claudio respondeu que acredita que a fila deve ser zerada brevemente, o que está impedindo é o precatório do IPSEMG, mas que ele é um precatório comum, e que os precatórios dos servidores são precatórios alimentares que têm preferência de pagamento. O Vereador Fernando sugeriu que o município tente negociar com os credores de precatórios do município para pagamento com imóveis de propriedade do município. A seguir foi dada a palavra ao senhor Jean Seabra, que destacou que Conselheiro Lafaiete é a cidade com a menor renda per capta e com o maior valor de RPV, da região, e que se não for possível aprovar o valor proposto no projeto de lei nº 014-E-2025 que se aprove um valor menor do que o que se consta na lei atualmente. A seguir o

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATAS DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS

Ata da Reunião realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 263/2025.

Vereador João Paulo fez uso da palavra e destacou que acredita que é preciso se rever o valor do RPV, porém que não é possível que seja no valor proposto no projeto de lei nº 014-E-2025. Damires sugeriu que se suspenda a tramitação do projeto de lei nº 014-E-2025 até que o Poder Executivo encaminhe as respostas solicitadas no requerimento nº 251/2025 e que ao mesmo tempo a OAB e o Sindicato apresentem uma contraproposta de valor para o RPV, a sugestão foi aprovada pelos Vereadores presentes a esta Reunião. Valdiney sugeriu que os vereadores questionem ao Poder Executivo qual o valor que está sendo gasto com cargos comissionados e quantos são estes cargos. Dr. Rafael sugeriu que, caso não possa ser mantido o valor atual da RPV, que seja fixado um valor condizente com a expectativa dos cidadãos, bem como que seja realizada a modulação dos efeitos da alteração do valor. Andreia solicitou que diante da suspensão da tramitação do projeto até que o município encaminhe as informações solicitadas, é preciso que haja uma negociação para o novo valor do RPV. Valdiney disse que se compromete a manter dialogo com o Poder Executivo em relação as possibilidades de redução do valor do RPV. Valdiney agradeceu o apoio da Câmara Municipal ao trabalho desenvolvido no Sindicato e anunciou que está deixando a presidência do Sindicato nos próximos dias. A Vereadora Damires agradeceu o empenho de Valdiney a frente do Sindicato e a importância do trabalho que foi realizado. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Reunião. Para constar, foi lavrada a presente Ata que, após ser lida e aprovada, será assinada pelos presentes.